

DOEP
Departamento de Orientações
Educativas e Pedagógicas

2º SEMESTRE
2025

REPLANEJAMENTO



Guarulhos
CIDADE
EDUCADORA



Guarulhos
Secretaria de Educação



CIDADE DE
GUARULHOS

Prefeito

Lucas Sanches

Secretário de Educação

Silvio Rodrigues

Subsecretária de Educação

Minéa Paschoaleto Fratelli

Diretora do Departamento de Orientações Educacionais e Pedagógicas

Daniela Harumi Hikawa

Divisão Técnica de Currículo e Análise de Materiais Pedagógicos

Ana Paula Lucio Souto Ferreira

Camila Zentner Tesche

Érica Borges Machado

Gláucia Antonovicz Lopes

Priscila Bispo de Lacerda

Talita Cerqueira Brito

Thatiane Oliveira Coutinho Melguinha

Thiago Adonai Araujo Alves

Divisão Técnica de Políticas para Diversidade e Inclusão Educacional

Rafael de Arruda Bueno José Miguel

Revisão

Divisão Técnica de Formação

Fabíola Moreira da Costa

Diagramação

Ana Paula Lucio Souto Ferreira

Talita Cerqueira Brito

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Rua Claudino Barbosa, 313 - Macedo - Guarulhos/SP

CEP 07113-040 - TEL.: 2475-7300

<http://portaleducacao.guarulhos.sp.gov.br>



Replanejamento

2º semestre - 2025



Biografia do Orvalho

A maior riqueza do homem é a sua incompletude.
Nesse ponto sou abastado.
Palavras que me aceitam como sou — eu não
aceito.

Não aguento ser apenas um sujeito que abre
portas, que puxa válvulas, que olha o relógio, que
compra pão às 6 horas da tarde, que vai lá fora,
que aponta lápis, que vê a uva etc. etc.
Perdoai.

Mas eu preciso ser Outros.
Eu penso renovar o homem usando borboletas.

(Manoel de Barros)

REPLANEJAMENTO – 2025

Educadores,

Após um semestre de muito trabalho, chega o momento de nos reunirmos para retomarmos os sonhos, metas e projetos estabelecidos no início deste ano. (Re)planejar as ações é essencial para desenvolver um trabalho de qualidade, que, efetivamente, garanta a aprendizagem de todos os educandos, conforme previsto desde 1988 em nossa Constituição Federal, em seu artigo 205, Capítulo III:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ter como premissa que a educação é um direito de todos, faz com que juntemos esforços de modo a não deixar ninguém para trás, uma vez que se tem a compreensão que todo bebê, criança, jovem e adulto é capaz de aprender, dentro das suas singularidades, respeitando as diversidades e os modos de ser e estar no mundo.

Para isso, é necessário aproveitarmos o Replanejamento para analisar os resultados das aprendizagens, os registros, as observações, entre outros instrumentos pedagógicos, de maneira a acompanhar o andamento do que foi estabelecido no Planejamento e, assim, realizar os devidos ajustes, redimensionando, recalculando rotas e alinhando as ações para os próximos meses do ano.

Em 2025, temos uma novidade em nosso calendário escolar, teremos três dias destinados ao Replanejamento, dividido em dois momentos para o trabalho coletivo:

 **1º momento: 22 e 23 de julho;**
2º momento: 08 de setembro.

A mudança garante o diálogo mais próximo desse acompanhamento pedagógico, à medida que reduz o intervalo de avaliação das ações previstas.

Ao nos debruçarmos sobre o que planejamos, é de suma importância ter em mente que este não é um documento para “ficar guardado na gaveta”, ele deve ser o guia que acompanha o educador, sendo revisitado ao longo de todo o ano. Para o professor Celso Vasconcellos (2002), o grande desafio que se coloca é:

Mudar a mentalidade de que fazer planejamento é preencher formulários (mais ou menos sofisticados). Antes de mais nada, fazer planejamento é refletir sobre os desafios da realidade da escola e da sala de aula, perceber as necessidades, re-significar o trabalho, buscar formas de enfrentamento e comprometer-se com a transformação da prática. Se isto vai para um registro escrito depois, é um detalhe! (Vasconcellos, 1995. p. 59)

Nesses dias de replanejamento, solicitamos que façam uma avaliação de todas as ações da instituição escolar, verificando se o PPP da escola dialoga com as necessidades locais, bem como uma análise dos dados obtidos por meio da leitura de portfólios e/ou outras documentações pedagógicas, como sondagens, resultados do AVALIA MAIS, autoavaliações, etc., a fim de reorientar o planejamento escolar, valorizar os saberes e potencializar o aprendizado dos educandos.

Devemos ter bem claro, pois, que a avaliação é do processo de ensino-aprendizagem, o que significa dizer que podem ser previstas práticas de avaliação dos alunos (produção conceitual, habilidades e atitudes), do trabalho do professor, da dinâmica da sala de aula e também da instituição (condições de trabalho, relacionamento com a comunidade, etc.). É fundamental a reflexão crítica do professor sobre seu trabalho; quem não se avalia e não se deixa avaliar, não tem legitimidade para avaliar. (Vasconcellos, 2002, p. 143)

É importante compreender que a avaliação é um processo que permite averiguar o caminho percorrido, o avanço e as possíveis melhorias, com vistas a diagnosticar quais ações podem ser mantidas, substituídas e/ou incorporadas no replanejamento, a fim de transformar o contexto escolar.

A avaliação unificada ao currículo e as práticas escolares permitem uma análise ampla de todas as ações, não apenas da apropriação de conteúdos pelos sujeitos. Avaliar durante o processo permite ao grupo escolar uma autoavaliação da sua práxis e o replanejamento desta, de acordo com suas necessidades.

Deste modo, uma escola que considera o ensino-aprendizado no processo avaliativo utiliza diferentes instrumentos para diagnosticar e medir os avanços e aspectos a progredir, por meio de registros fotográficos, portfólios, cadernos de anotação, vídeos das atividades, observação, intervenção, provas (Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos), dentre outros.

Avaliação é todo processo que, em princípio, acompanha o caminho percorrido individualmente pelo educando em sua trajetória de aprendizagem e desenvolvimento, pois não ocorre em um momento isolado como se fosse apenas para marcar a passagem de uma unidade de ensino (bimestre ou semestre), mas, integrante de todo o currículo e das práticas escolares, é entendida como contínua, ou seja, como atividade cotidiana que permite à escola a aferição do andamento do processo, tendo em vista seu consequente avanço (Guarulhos, Avaliação Educacional, 2012, p. 34).

Para promover uma educação com equidade, é necessário identificar os fatores que produzem e ampliam as desigualdades, propondo ações estruturadas com intencionalidade, garantindo a personalização do ensino e adoção de práticas pedagógicas que extrapolem as já convencionalmente utilizadas, considerando que a diversidade e heterogeneidade nas salas de aula não são um impedimento, pelo contrário, são um potencial. A proposta de ações pedagógicas estruturadas visa não apenas à recuperação contínua das aprendizagens, mas também ao fortalecimento da qualidade do ensino e da continuidade da trajetória escolar de todos.

Nesse sentido, o Departamento de Orientações Educacionais e Pedagógicas (DOEP) tem o objetivo de orientar as escolas para um período de replanejamento articulado entre os gestores e professores, que objetiva planejar práticas pedagógicas para o segundo semestre, todas intencionalmente planejadas e desenvolvidas para atender as necessidades e interesses dos educandos, com vistas à garantia dos seus direitos de aprendizagem.

Todos os sujeitos são considerados potencialmente capazes de aprender, e a efetivação das aprendizagens ocorre por meio de processos educativos intencionais, em diferentes espaços do ambiente escolar e do seu entorno. As aprendizagens e o desenvolvimento humano são entendidos como um processo contínuo e multidimensional. (Guarulhos, Introdutório, p.15, 2019)

Para impulsionar as discussões e contribuir com o planejamento das ações alinhadas à nossa Proposta Curricular Quadro de Saberes Necessários (QSN) (Guarulhos, 2019), é importante retomar documentos e materiais, tais como: o caderno de Orientações Pedagógicas/2025; o Saberes na Rede; a Plataforma Elefante Letrado; o Aprender Juntos, Aprender Sempre; os quadros do Programa Saberes em Casa; os temas tratados nos cursos pelo CEMEAD, além dos tópicos de estudo do Curso Saberes na Rede: Reflexões e Práticas na plataforma AVA-Currículo.

Educação Infantil

A criança, como sujeito histórico e de direitos, deve ter sua vivência, trajetória e tempo de vida respeitados, para que possa construir sua identidade, tanto pessoal como coletivamente. E ela faz isso quando brinca, imagina, fantasia, deseja, observa, experimenta, questiona e interage. (Guarulhos, Educação Infantil, p. 08, 2019)

É importante (re)planejar o cotidiano da Educação Infantil, considerando as características desta primeira etapa da Educação Básica. Como previsto no QSN (Guarulhos, 2019), os eixos que estruturam o fazer pedagógico na Educação Infantil são as brincadeiras e as interações, e junto deles se apresenta a necessidade do compartilhamento, da produção e da reprodução de cultura, interpretada e desenvolvida na singularidade de cada criança.

Articulados aos eixos estruturantes aparecem os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. São eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se. E essa articulação, entre os eixos, os direitos de aprendizagem e das experiências, é materializado pelo trabalho pedagógico com os “campos de experiências”:



O eu, o outro e o nós

Corpo, gestos e movimentos

Traços, sons, cores e formas

Escuta, fala, pensamento e imaginação

Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações

Vale lembrar que essa articulação, na prática, pode e deve ser feita de muitas maneiras, ou seja, utilizando diferentes materiais, espaços e de acordo com as temáticas e propostas que dialogam com o PPP da sua escola.

Assim, o presente documento tem o intuito de orientar e continuar subsidiando o trabalho nas escolas, sempre com foco nas experiências e nos saberes em situações significativas, e em ambientes e ações que apoiam as aprendizagens.

Como discutido no início deste ano letivo, ao realizar todo o processo de Planejamento Anual, fez-se necessária a compreensão de que o objetivo é proporcionar o desenvolvimento integral dos educandos. Essa etapa de Replanejamento não será diferente! É o momento de avaliar e reavaliar as ações propostas e realizadas até aqui, compreendendo o alcance dessas ações. Se preciso for, considere mudar a rota e traçar novos caminhos.

E para esse processo, destacamos alguns pontos importantes a serem considerados no (re)planejamento das ações:

1. A rotina na Educação Infantil

Com o objetivo de organizar e preparar o cotidiano da instituição e de constituir a subjetividade das crianças, a rotina pedagógica na Educação Infantil se apresenta como um importante elemento das práticas e das didáticas. Essa ação precisa ser previamente pensada e planejada, conferindo continuidade nas ações cotidianas e sinalizando às crianças as situações do dia.

A rotina consiste, portanto, em práticas que permeiam o trabalho e que podem ser consideradas maneiras de promover a tranquilidade do ambiente, configurando-se em práticas que vão se adequando ao perfil da turma e aos contextos no decorrer do ano letivo. Vale ressaltar que a tranquilidade do ambiente é parte da construção da autonomia dos pequenos e das pequenas no espaço em que se encontram diariamente.

Destacamos que o planejamento das propostas pedagógicas na Educação Infantil, deve considerar a rotina como elemento essencial de organização do tempo, do espaço e das interações, contribuindo para o desenvolvimento de todos os educandos. Essa rotina pode ser estruturada de forma concreta, visual ou impressa, a depender do perfil de desenvolvimento da criança, sua forma de comunicação e compreensão.

Olhar para essa rotina estruturada para os educandos com deficiência na Educação Infantil, mais do que simplesmente apresentar uma sequência de atividades, é fundamental compreender como a rotina será construída e vivenciada pelos educandos. O professor da turma, em articulação com o professor do AEE e o Coordenador Pedagógico, é responsável por garantir que as atividades propostas sejam adaptadas às necessidades específicas, promovendo acessibilidade nos materiais, nos modos de comunicação e nos apoios utilizados.

Conseqüentemente, é recomendado que a rotina seja local, garantindo as especificidades da turma, clima, cultura etc.; seja pensada pelo professor junto com as crianças; seja transformada ao longo do ano; comporte a diversidade.



O que pode estar na rotina:

- Trabalho com o nome próprio;
- Desenho livre - individual e coletivo, com o uso de diferentes materiais e suportes;
- Brincadeiras livres;
- Roda de conversa;
- Práticas para a leitura de livros de literatura infantil: leitura em voz alta, conto oral, elaboração de listas a partir de textos, ditado para o professor (escriba), reescrita de textos etc.
- Manuseio e exploração de livros, revistas e outros suportes textuais;
- Observação e a participação das crianças em situações reais e significativas em que a leitura e a escrita acontecem (práticas sociais);
- Produzir textos de forma coletiva;
- Brincar com a escrita em diferentes situações;
- Jogos e Brincadeiras que envolvam os diferentes campos de experiências;
- Trabalho com calendário;
- Jogos de linguagem: cantigas de roda, parlendas, trava-línguas, adivinhas, brincos, trovinhas etc.;
- A utilização do caderno de leitura.

2. Organização dos espaços

E por falar em rotina, uma ação que pode ser grande aliada no planejamento da mesma é a organização dos espaços. Organizar os espaços na sua sala de aula e ainda, a exploração de outros espaços da escola trazem alternativas para as atividades que incluem as práticas da rotina e as propostas de atividades da turma.

Para tanto, considere criar os contextos ou cantinhos temáticos para as crianças na sala de aula, dispondo materiais diversos, como elementos da natureza e objetos da cultura que poderão enriquecer o faz-de-conta das crianças; materiais não estruturados, como o cesto de tesouros para os bebês e a bandeja de experimentação para as crianças maiores; materiais riscantes; cantinho para leitura e contação de história; caixa de brinquedos e outros elementos; entre outras possibilidades.

Lembre-se ainda que, a escola é um lugar de pertencimento das crianças e elas precisam vivenciar isso, ou seja, os espaços devem ter o toque delas, devem estar permeados com os traços e as cores produzidas por elas. Eles representam as possibilidades de encontros e situações diversas, potencializando a autonomia. Assim, painéis e murais com desenhos, pinturas, fotos, escritas, precisam estar expostos nos corredores e demais locais da escola, podendo contribuir para as aprendizagens e com a construção do conhecimento das crianças.

Pensando sobre as possibilidades de explorar os cantinhos na sala de aula e outros espaços da escola, vamos refletir um pouco mais sobre duas práticas que indubitavelmente fazem parte do fazer pedagógico em situações variadas: a leitura e a escrita.

Vale ressaltar que tanto a leitura quanto a escrita são um direito da criança, e não uma preparação para o Ensino Fundamental. O que precisamos ter em mente, quanto à inserção dessas práticas na Educação Infantil, é que essa etapa, assim como as outras, tem especificidades próprias, e o trabalho com o brincar e as interações devem basear as propostas.

3. Leitura

A leitura é parte importante da rotina, e o repertório a ser apresentado às crianças pode ser bem vasto. Parlendas, fábulas, receitas culinárias, músicas, listas, notícias, adivinhas, piadas, contos, são alguns exemplos de gêneros textuais a serem diariamente acionados, além da possibilidade de explorar os diferentes suportes dos mesmos.

No campo da leitura na Educação Infantil, uma ferramenta imprescindível de formação crítica e construção da identidade é a literatura infantil. Por meio dela, a criança vai ressignificando o mundo ao seu redor à medida que entra no universo das histórias. Assim, a literatura é uma possibilidade de experiência estética e artística, que ultrapassa a ideia do livro como um instrumento que ensina.

Além disso, nesse momento de Replanejamento, é importante considerar avaliar se a oferta de livros para as crianças tem sido diversa. Se preciso for, realize uma nova seleção de livros que abordem questões diversas que atravessam a vida da nossa sociedade, tais como questões étnicas e raciais, diversidade, diferentes composições familiares, sustentabilidade, questões ambientais, direitos humanos, entre tantos outros assuntos.

Então, fica a dica, na sala de aula ou fora dela, com as crianças sentadas, deitadas, em círculo ou cada uma no lugar que desejar! No pátio, no parque, no jardim ou na sala de leitura, o importante é que a prática da leitura esteja presente no ambiente educativo.

Quando falamos sobre leitura é importante salientar algumas situações que se diferenciam, portanto temos a:



- **Leitura do educador:** deve ser diária e intencionalmente planejada.
- **Leitura do educando:** possibilitar acesso aos livros é necessário para desenvolver uma cultura leitora, e também é importante observar o tipo de material que será disponibilizado para a criança, sua resistência, cores, desenhos, texturas, escrita legível. A leitura do educando possibilita estabelecer relações no reconhecimento da escrita das palavras. Alguns exemplos: identificar no banco de palavras, o nome correto de uma imagem; identificar o seu próprio nome; preencher uma cruzadinha com banco de palavras; ler textos não verbais; ler palavras em jogos; entre outros. Além disso, a interação entre o adulto e a criança favorece este processo.
- **Leitura entre os educandos:** as interações por meio da leitura proporcionam um ambiente de troca e de desenvolvimento entre os pares, que fomentam o processo de aprendizagem.

- **Leitura para outras turmas:** esses momentos podem ser planejados para acontecer entre educandos dos estágios com a creche; entre os de fundamental com os da educação infantil;
- **Leitura livre:** é necessário que as obras estejam acessíveis para as crianças o tempo todo.

Fique atento: Sempre disponibilize os livros de maneira que as crianças possam alcançá-los, pegá-los e manuseá-los. Seja em uma caixa, em um varal, em prateleiras, no cantinho da leitura ou outra prática que envolva essa ação, propicie momentos de autonomia e diversão para os pequenos.



Foto: Camilla Rhodés

4. Escrita na Educação Infantil

Outro ponto importante na Educação Infantil, e que também deve ser parte da rotina, é a escrita. Ela é necessária para as crianças, porém precisa que tenha sentido e seja natural para elas, assim como uma boa brincadeira.

É imprescindível que a escrita esteja presente nos variados espaços da escola e que as crianças protagonizem produções de escrita, afinal, tendo como base o letramento, as crianças precisam ser inseridas em atividades de produção escrita mesmo antes de adquirirem base alfabética. Devem escrever em grupo, duplas e posteriormente individual.

É fundamental apresentar à turma os motivos pelos quais a escrita é necessária e os suportes adequados para cada gênero e a sua estrutura, permitindo que os educandos percebam a funcionalidade da escrita em seu uso social.

Alguns exemplos de propostas de escrita na Educação Infantil: a identificação de pertences com o próprio nome; escrever palavras de maneira espontânea; nomes dos participantes de uma brincadeira; escrever palavras sozinho, em duplas, ou em grupo; escrever listas reais: convidados de uma festa, ingredientes de uma receita.

Além disso, é necessário disponibilizar objetos riscantes para serem utilizados pelas crianças, como: giz de cera, de lousa, canetinhas, carvão, gravetos entre outros; além de utilizá-los em diversos espaços como paredes de azulejo, lousa, no chão, na terra, no papel pardo. O importante é explorar diferentes possibilidades.

Ensino Fundamental

No Ensino Fundamental, acolher significa também cuidar e educar, como forma de garantir a aprendizagem dos conteúdos curriculares, para que o estudante desenvolva interesses e sensibilidades que lhe permitam usufruir dos bens culturais disponíveis na comunidade, na sua cidade ou na sociedade em geral, e que lhe possibilitem ainda sentir-se como produtor valorizado desses bens. (Brasil, 2013, p. 70)

Neste semestre, para o aprofundamento dos saberes a serem desenvolvidos pelos educandos, vamos olhar para alguns desafios que foram identificados a partir de uma leitura atenta do cenário atual de aprendizagem dos educandos da rede, para os quais apontamos ações a serem potencializadas:



- Alfabetizar todos os educandos até o final do 2º ano;
- Assegurar o direito à alfabetização de todos os estudantes do 5º ano até o fim do ano letivo de 2025;
- Dar continuidade ao Programa Aprender Juntos, Aprender Sempre para recomposição das aprendizagens de educandos dos 2º e 5º anos;
- Realizar a recuperação dos educandos dos 3º, 4º e 5º anos para a garantia da alfabetização de todos;
- Realizar a recuperação contínua dos educandos dos 3º, 4º e 5º anos, visando a garantia das aprendizagens para cada etapa escolar;
- Avançar na consolidação das aprendizagens de leitura, escrita e educação matemática;
- Apoiar os educadores com estratégias eficazes de intervenção pedagógica, bem como, a promoção da interdisciplinaridade nas práticas pedagógicas;
- Promover o acompanhamento contínuo do processo de ensino e aprendizagem;
- Oferecer suporte pedagógico contínuo e qualificado aos educadores, com foco na recomposição das aprendizagens essenciais;
- Promover equidade no ensino, garantindo que todos os educandos avancem, a partir de suas singularidades;
- Consolidar uma cultura de uso de dados para o planejamento pedagógico, fortalecendo o protagonismo das equipes escolares na tomada de decisão.

É importante que os professores saibam as aprendizagens previstas para o final de cada ciclo, a fim de organizar de maneira sistematizada o que precisa ser aprendido de forma progressiva e com continuidade, verificando o que os educandos precisam desenvolver para elaborar, intencionalmente, as propostas de recuperação contínua aos que apresentaram defasagens nas aprendizagens.

A elaboração das aulas implica a intencionalidade de diferentes estratégias e o encadeamento de cada estratégia, sobretudo, a melhor utilização do tempo pedagógico de cada aula para o alcance dos objetivos previstos.

Dentre as estratégias de mediações pedagógicas a serem estruturadas destacamos o agrupamento dos educandos e as adaptações curriculares que se fizerem necessárias para que todos avancem na consolidação das aprendizagens. Por isso reforçamos a utilização dos materiais do Programa Intensivo para os 2º e 5º anos, **Aprender Juntos, Aprender Sempre**, elaborado com o objetivo de intensificar ações para o desenvolvimento do processo de alfabetização dos educandos dos 2º e 5º anos, bem como a recomposição de aprendizagens de educandos do 5º ano.

Além disso, temos dois aspectos fundamentais que favorecem o processo de ensino e aprendizagem: **Gestão de Sala de Aula** e **Gestão de Tempo**, sendo que ambos estão intimamente relacionados.



Foto: Camilla Rhodes

Gestão de sala de aula

Consideramos Gestão de Sala de Aula como um conjunto de ações planejadas pelo professor que são propostas para a garantia das aprendizagens dos educandos de forma mais qualitativa. (Guarulhos, Orientações Pedagógicas, p. 15, 2025)

[...] Vygotsky ressalta o papel fundamental do processo de ensino e aprendizagem, bem como das interações sociais para o desenvolvimento humano: “[...] o aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo mediante o qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que a cercam” (Vygotsky, 1991, p. 99).

Para tal, é imprescindível considerar:

1. Quem são os educandos?
2. Quais as aprendizagens essenciais que devem se consolidar neste ano letivo?

A aprendizagem ocorre por meio das interações sociais, ou seja, pela forma como adultos e crianças se inter-relacionam. Nesse sentido, a organização da sala de aula deve privilegiar propostas de atividades que considerem tais interações entre eles, justifica-se, assim, a necessidade da organização por agrupamentos, permitindo que as crianças possam trabalhar em grupos a fim de trocarem seus conhecimentos sobre os **objetos de conhecimento** que estão estudando.

Dessa forma, a organização dos tempos e espaços é fundamental para o processo de ensino e aprendizagem. O educador precisa:



1. Definir o objetivo de aprendizagem;
2. Organizar os educandos de acordo com seus conhecimentos.
3. Para saber mais sobre AGRUPAMENTOS PRODUTIVOS, acesse:

<https://portaleducacao.guarulhos.sp.gov.br/siseduc/portal/exibir/arquivo/10814/inline/>.

Além da organização da sala de aula, os professores precisam conhecer os demais espaços da escola para verificar outras possibilidades de exploração com as crianças, como quadra, refeitório, corredores, pátio, palco, parques etc.

Devemos considerar ainda, os outros aspectos que contribuem, principalmente, para o processo de aquisição de base alfabética: são os elementos que devem estar dispostos na sala de aula, nos murais e painéis da escola a fim de constituir o AMBIENTE ALFABETIZADOR, que se constituem como apoios das consultas para escritas de novas palavras por meio de comparações e pesquisas.

Um ambiente em que se possa aprender, que não proíba aprender, deve ter livros, deve deixar circular a informação sobre a língua escrita, mas é evidente que o ambiente por si mesmo não é o que alfabetiza. (Emília Ferreiro, 1994)

Emília Ferreiro evidencia a ação mediadora do educador no ambiente alfabetizador, uma vez que a ação docente junto à turma e o texto favorecem a aprendizagem e a compreensão sobre a escrita e seus usos.

Os textos dispostos devem estar contextualizados, relacionados às vivências planejadas para a turma, seja a escrita de um bilhete informando ao diretor que a turma gostaria de conversar a respeito do parque, uma cantiga preferida da turma, uma receita que as crianças realizaram, ou seja, a seleção de textos devem ter sentido para os educandos, sempre com vistas a alfabetização na perspectiva do letramento, considerando as intencionalidades dos autores, os leitores, o suporte textual e a esfera de circulação.

A sala de aula não precisa ser o único local em que se cria o ambiente alfabetizador, onde a cultura escrita aparece. Segundo a professora Julianny Russo (2024) desde a recepção da escola é importante que haja textos condizentes com o local, como por exemplo, uma placa de “ Sejam bem-vindos”.

Sugestões para promover um ambiente alfabetizador:

A seleção de textos para compor o ambiente deve ser intencional e fazer sentido para turma, como o nome dos educandos, textos de memória, parlendas, adivinhas, cantigas e etc. Além dos cartazes, disponha outros suportes textuais, como: revistas, livros, receitas, bulas, folhetos, jornais, dicionários, **priorizando sempre as produções dos educandos, buscando valorizá-los.**

Outra observação importante é o zelo para que não haja poluição visual dos ambientes.



Para saber mais sobre o ambiente alfabetizador, assista:

Ambiente Alfabetizador
Profª Vanessa Egydio (2024)
EMEF Marechal Rondon

<https://drive.google.com/file/d/12m2lbCey6f3K1jzhbSRo0mCOT5F5RvwT/view>

Condições que favorecem a aprendizagem da leitura e escrita:

Ambiente Alfabetizador
Profª Giulianny Russo (2024)

<https://drive.google.com/file/d/1QzKMbZHeg2XQ00Anb9EERKfFlq7Gd8zl/view>

Gestão de tempo

A gestão de tempo em sala de aula deve considerar o planejamento de propostas didáticas que favoreçam o processo de aprendizagem dos educandos, considerando o tempo necessário que cada educando necessita para se apropriar do saber.

Para a organização do trabalho é necessário garantir a leitura diária do professor e dos educandos como atividades permanentes. Nesse aspecto, é importante saber o que cada educando já sabe sobre leitura e escrita:



LEITURA: lê com fluência; silabando; reconhece apenas letras soltas; localiza informações explícitas nos textos; compreende o que lê.

ESCRITA: escrever textos com poucos desvios ortográficos; faz segmentação de palavras; reescreve textos de memória; escreve textos de própria autoria; escreve na estrutura textual do gênero proposto está em qual hipótese de escrita.

Retomemos as orientações sobre uma Rotina Alfabetizadora para a elaboração dos planos semanais dos professores, intitulada pelo Memorando Circular nº 75/2024-DOEP SESE12, disponível em:

<https://portaleducacao.guarulhos.sp.gov.br/siseduc/portal/exibir/arquivo/11646/inline/>.

Educação Bilíngue de Surdos



(...) quando eu aceito a língua de outra pessoa, eu aceitei a pessoa (...). Quando eu rejeito a língua, eu rejeitei a pessoa, porque a língua é parte de nós mesmos (...). Quando eu aceito a língua de sinais, eu aceito o surdo, e é importante ter sempre em mente que o surdo tem o direito de ser surdo. Nós não devemos mudá-los, devemos ensiná-los, ajuda-los, mas temos que permitir-lhes ser surdo.

Terje Basilier, psiquiatra surdo norueguês, citado Ferreira-Brito (1993, p. 75)

Reconhecida legalmente como uma das modalidades de educação pela Lei de Diretrizes e Bases (Brasil, 1996; 2021), a Educação Bilíngue de Surdos visa assegurar o direito linguístico das pessoas surdas pela mediação, uso e ensino da/pela Libras (Língua Brasileira de Sinais) – reconhecida como língua matriz e de instrução – seguida da Língua Portuguesa, na modalidade escrita – numa perspectiva de segunda língua ou língua adicional.

Alinhada aos preceitos da LDB, a Educação Bilíngue de Surdos da rede municipal de ensino de Guarulhos está estruturada e organizada por meio do Programa Educacional Bilíngue de Surdos, o qual tem se comprometido incansavelmente com práticas pedagógicas equitativas imbuídas pelo respeito e valorização do “educando surdo em sua(s) língua(s), identidade(s), cultura(s), tempo(s) e forma(s) de aprender” (Guarulhos, 2024).

O Programa Educacional Bilíngue de Surdos ofertado aos educandos surdos matriculados nas escolas da rede municipal de ensino de Guarulhos está organizado a fim de contemplar todas as etapas e modalidades de educação, nas seguintes frentes:

- I – Projeto Educacional Bilíngue com Bebês Surdos nas escolas de Educação Infantil – creches;
- II – Escolas-polo com Classes Bilíngues de Surdos, nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental; e
- III – Escolas-polo com Classes Bilíngues de Surdos, no Ciclo I, da Educação de Jovens e Adultos – EJA, e/ou em Classes Regulares dos Ciclos I e II, da EJA, necessariamente na presença de professores bilíngues de surdos, em regime de codocência.

Considerando o exposto, neste momento de replanejamento, é imprescindível a observância dos seguintes pontos a seguir – além daqueles já pontuados ao longo deste documento quando for possível a aplicação com os educandos surdos falantes de Libras:



- 1) A educação bilíngue de surdos deve estar contemplada no PPP da escola de modo a constituir um espaço de aprendizagens marcado pelo respeito à diversidade humana numa perspectiva intencional de valorização às singularidades dos educandos surdos;
- 2) Os educandos surdos terão o direito de construir, estruturar, compartilhar e aprofundar seus conhecimentos nas diferentes áreas do conhecimento principalmente pela Libras, considerando-o sujeito que compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais;
- 3) A Libras deve assumir o papel de língua matriz, ou seja, a língua que regerá as práticas educativas, partindo do planejamento das aulas pelo professor; a construção de materiais didáticos; as interações e mediações pedagógicas em todas as aulas e atividades, inclusive aquelas destinadas à avaliação das aprendizagens que envolverem a Língua Portuguesa, distanciando-se assim de uma perspectiva de língua enquanto mero instrumento para alcance da língua majoritária, no caso o português escrito;
- 4) Além do uso e desenvolvimento dos aspectos linguísticos, é imprescindível o uso de recursos multimodais e multissemióticos de modo a atender às peculiaridades dos educandos surdos, como a predominância da visualidade na apreensão do conhecimento e a necessidade de contextualização de conceitos e ideias pela manipulação concreta de materiais;
- 5) Como de costume, as interações entre os educandos surdos da classe bilíngue e os educandos ouvintes da classe comum se darão de forma regular, em diferentes espaços da escola, conforme comum acordo e planejado pelos professores de ambas as classes;

6) Interlocução sistemática com as famílias dos educandos surdos num movimento de aproximação, escuta, acolhimento e diálogo sobre o desenvolvimento e as aprendizagens do educando – além do convite à participação nas rodas de conversa articuladas pela Divisão Técnica de Políticas para Diversidade e Inclusão Escolar do DOEP, em parceria com a Unifesp de Guarulhos;

7) Para composição dos diferentes encaminhamentos didáticos, como aulas convencionais, estudos do meio, aulas-passeio, aulas de áreas específicas, projetos temáticos, interações com os educandos ouvintes, hora-atividade formativa de Libras (mensal) entre outros, consultar e fazer uso de propostas disponibilizadas no curso “Saberes na Rede: reflexões e práticas”, via Plataforma AVA Currículo; no bloco “Libras em Casa”, do Programa Saberes em Casa, no YouTube; materiais didáticos produzidos pela Divisão Técnica de Currículo do DOEP; de atividades do Programa Aprender Juntos, Aprender Sempre para recomposição das aprendizagens de educandos dos 2º e 5º anos; entre outros.



Foto: Camilla Rhoades



Foto: Camilla Rhodes

Desejamos que esses dias de replanejamento sejam cheios de trocas significativas e muito aprendizado!

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <<https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/Portals/1/Files/8937.pdf>>. Acesso em: 16 de jul. 2025.

Brasil. **Lei federal nº 9.394/1996** – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 10 jul. 2025.

Brasil. **Lei federal nº 14.191/2021** – Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato_2019-2022/2021/lei/l14191.htm>. Acesso em: 10 jul. 2025.

FERREIRO, Emilia. **Reflexões sobre alfabetização**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

Guarulhos. **Avaliação Educacional**, 2012. Disponível em: <https://portaleducacao.guarulhos.sp.gov.br/siseduc/portal/exibir/arquivo/66/inline/>

Quadro de Saberes Necessários - **Introdutório** (QSN). 2019. Disponível em: <https://portaleducacao.guarulhos.sp.gov.br/siseduc/portal/exibir/arquivo/8333/inline/>

Quadro de Saberes Necessários - **Educação Infantil** (QSN). 2019. Disponível em: <https://portaleducacao.guarulhos.sp.gov.br/siseduc/portal/exibir/arquivo/8330/inline/>

Quadro de Saberes Necessários - **Ensino Fundamental** (QSN). 2019. Disponível em: <https://portaleducacao.guarulhos.sp.gov.br/siseduc/portal/exibir/arquivo/8332/inline/>

Quadro de Saberes Necessários - **Educação de Jovens e Adultos** (QSN). 2019. Disponível em: <https://portaleducacao.guarulhos.sp.gov.br/siseduc/portal/exibir/arquivo/8331/inline/>

Orientações pedagógicas para 2025. 2025. Disponível em: <https://portaleducacao.guarulhos.sp.gov.br/siseduc/portal/exibir/arquivo/11960/inline/>

Portaria nº 296/2024-SE – Sobre a definição da estrutura, organização e o funcionamento do Programa Educacional Bilíngue de Surdos. Disponível em: <https://portaleducacao.guarulhos.sp.gov.br/siseduc/portal/exibir/arquivo/11877/inline/>

VASCONCELLOS, C. **Planejamento: Projeto Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico** – elementos metodológicos para elaboração e realização. 10ª ed. São Paulo. Libertad, 2002.

VYGOTSKY, Lev S. **A Formação Social da Mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Ferreira Brito, Lucinda. **Integração social & educação de surdos**. Rio de Janeiro: Babel, 1993.

